

## **Aula 06**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Direito Processual Penal -  
2025 (Pós-Edital)*

Autor:

**Marcella Mendes**

29 de Maio de 2025

## Índice

1) O que é mais cobrado no assunto - Citação e intimação. Sentença - Concursos .....	3
2) Roteiro de revisão - Citação e intimação. - Sentença .....	4
3) Aposta estratégica - Citação e intimação - Sentença .....	15
4) Questões estratégicas - Citação. Intimação. Sentença - Concursos .....	17
5) Questionário de revisão - Citação e intimação. Sentença. ....	22
6) Lista de Questões estratégicas - Citação e Intimação. Sentença. - Concursos .....	26



## O que é mais cobrado dentro do assunto?

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto desta aula, possuímos a seguinte distribuição percentual:

Tópico	% de cobrança Concursos
Citação	63,88%
Sentença	31,12 %
Intimações	5,00 %



## ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

*A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.*

1. As bancas apresentam, como regra, questões mais elaboradas, evitando o estilo "copia e cola" de partes de dispositivos legais, com alterações ou supressões de expressões da lei. Mesmo assim, é importante ter muita atenção ao texto legal! Não se esqueça de estudar os posicionamentos da jurisprudência, pois também são cobrados de forma recorrente.

### 2. Citação.

2.1 Citação é o ato processual por meio do qual **o acusado é comunicado de que contra ele foi recebida uma denúncia ou uma queixa crime**. De acordo com o artigo 363 do CPP, com a realização da citação, o processo tem completada a sua formação.

Art. 363. O processo terá completada a sua formação quando realizada a citação do acusado.

O candidato deve saber que a **citação imprópria** é aquela **realizada na pessoa do curador**, nomeado para o acusado considerado incapaz, em incidente de insanidade mental.

**Mas, professor, a citação não tem como destinatário o réu? É possível a citação do réu por intermédio do curador?**

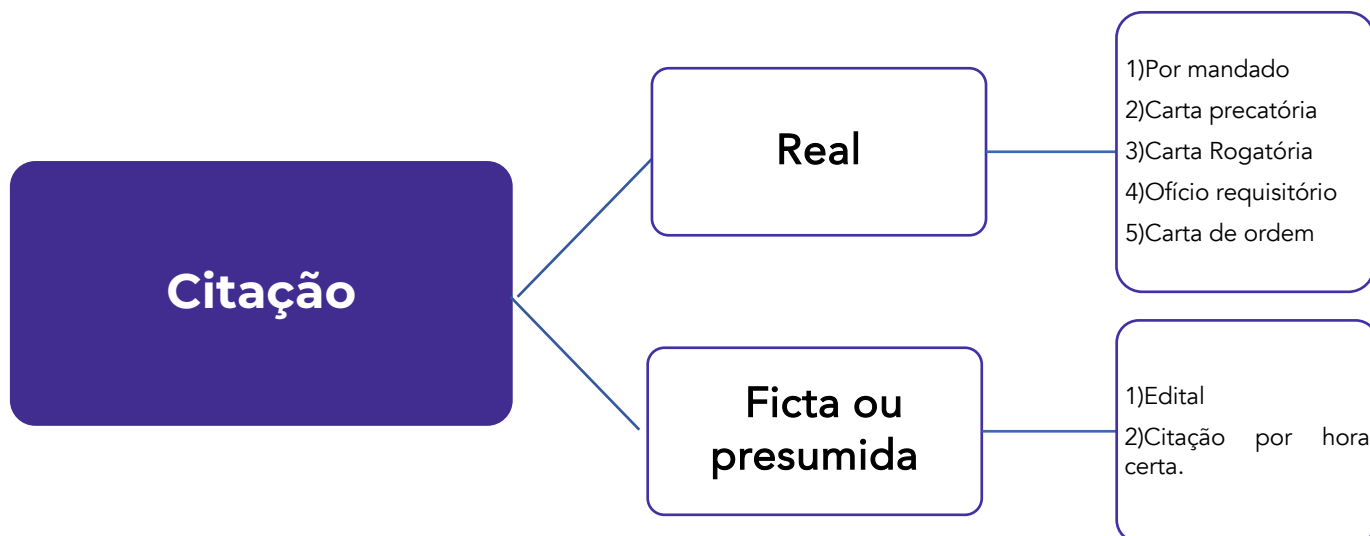
Existem duas correntes sobre o tema. Uma primeira corrente entende que apenas o acusado pode ser citado, uma vez que, de acordo com a Constituição Federal, a citação é uma garantia individual. Para outra parte da doutrina, contudo, é possível a citação imprópria em razão do disposto no artigo 151 do CPP.

A citação é **classificada** de duas formas: citação real e citação ficta ou presumida.

A citação real é aquela realizada na pessoa do réu e pode ser feita por mandado, cumprido por oficial de justiça, no âmbito da jurisdição do juízo em que foi proposta a ação penal; por carta precatória; por carta rogatória; por ofício requisitório e por carta de ordem.

Por outro lado, a citação ficta é efetivada por meio de edital, bem como na hipótese de citação por hora certa.





A **citação por mandado**, de acordo com o artigo 351 do CPP, é aquela que se faz por oficial de justiça quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a tiver ordenado.

#### Exceções:

- a) Se o réu estiver em **legação estrangeira** no território sujeito à jurisdição do juiz que ordenou sua citação, ela não será feita por mandado, mas sim por carta rogatória, conforme artigo 369 do CPP.
- b) Se o **acusado for militar**, ele deverá ser citado por intermédio do chefe do respectivo serviço, conforme artigo 358 do CPP.

O mandado de citação deve conter os **requisitos intrínsecos** do artigo 352 do CPP, bem como os **extrínsecos** do artigo 357 do CPP. **(recomendo a leitura atenta dos dispositivos)**

A citação por **carta precatória** se dá, conforme o artigo 353 do CPP, quando o réu se encontrar fora do território da jurisdição do juiz que a ordenou. Preste atenção! Ele está fora da jurisdição do juiz processante, porém dentro do território nacional.

**Se liga na nomenclatura para não confundir na hora da prova!!**

**Juízo deprecante** é o juízo do processo

**Juízo deprecado** é aquele em que será cumprida a citação



Por óbvio, assim como na citação por mandado, a citação por carta precatória deve cumprir os requisitos do artigo 352, 354 e 357 do CPP.

Localizado e citado o réu, a carta precatória será devolvida ao juízo deprecante. Contudo, se o réu não for localizado e não se tiver notícia do seu paradeiro, a carta precatória será devolvida sem o seu cumprimento.

O candidato precisa saber o que é **carta precatória itinerante**. Ela tem previsão legal no artigo 355, § 1º do CPP.

Art. 355".....".

1º Verificado que o réu se encontra em território sujeito à jurisdição de outro juiz, a este remeterá o juiz deprecado os autos para efetivação da diligência, desde que haja tempo para fazer-se a citação

**Exemplificando para facilitar a compreensão:** José está sendo processado pelo juízo do Rio de Janeiro, mas reside em Belo Horizonte. Assim, o juízo do Rio de Janeiro mandará citar José por carta precatória, que será encaminhada a uma vara criminal de Belo Horizonte. O juízo deprecado (Belo Horizonte) apura que José está, na verdade, em Santa Catarina.

O juízo deprecado (Belo Horizonte) não precisa devolver a carta precatória ao juízo do Rio de Janeiro. Ele mesmo, de acordo com o § 1º do artigo 355 do CPP, remeterá a carta precatória ao juízo de Santa Catarina.

A carta precatória itinerante tem como fundamento a economia processual.

E no caso de o oficial de justiça do juízo deprecado constatar que o réu está se ocultando? O que deve fazer o juízo deprecado? Neste caso, de acordo com o § 2º do artigo 355 do CPP, a carta precatória será imediatamente devolvida, para que se proceda a citação por hora certa, na forma do artigo 362 do CPP.

Art. 355".....".

§ 2º Certificado pelo oficial de justiça que o réu se oculta para não ser citado, a precatória será imediatamente devolvida, para o fim previsto no art. 362.



A **citação por carta rogatória**, é tratada pelo CPP em duas hipóteses:

- Artigo 368 do CPP - O acusado se encontra no estrangeiro, em lugar conhecido.
  1. Neste caso, até que o acusado seja citado, o prazo de prescrição é suspenso.
  2. As cartas rogatórias, de acordo com o artigo 222-A do CPP, somente serão expedidas se **demonstrada previamente sua imprescindibilidade**, arcando o requerente com os custos do envio.
  3. **Atenção!!** A expedição de carta precatória não suspende a instrução criminal. Assim, ao final do prazo marcado para o cumprimento da carta rogatória, poderá ocorrer o julgamento. No entanto, a precatória, uma vez devolvida, será juntada aos autos a qualquer momento.
- Artigo 369 do CPP - O acusado se encontra em legação estrangeira.

A **citação de militar da ativa** é realizada por intermédio do respectivo chefe do serviço, conforme redação do artigo 358.

**Atenção!!** Na citação do militar da ativa, é preciso diferenciar se a finalidade da citação é a comunicação de instauração de ação penal, ou se é para informar a data da audiência na qual o acusado deverá estar presente. No primeiro caso, o ofício ao chefe da repartição militar não conterá requisição de comparecimento do réu ao juízo. No segundo caso, o ofício ao chefe da repartição militar deverá conter a requisição de comparecimento do réu ao juízo no dia e hora marcados, sob pena de não estar obrigado o réu a comparecer no ato.

Com relação à **citação do funcionário público**, as regras da citação pessoal devem ser seguidas, ou seja, citação por mandado se o acusado estiver na mesma jurisdição do juiz processante ou, por carta precatória, se residente em lugar distinto do juiz processante.

A citação do funcionário público tem um plus. Conforme o artigo 359 do CPP, o chefe da repartição na qual o servidor está lotado deve ser notificado sobre a data e a hora na qual o servidor deverá se apresentar à Justiça.

A **citação do preso**, conforme o artigo 360 do CPP, é pessoal. Algumas nuances da citação do preso precisam ser detalhadas. Vejamos:

- O preso **não pode** ser citado por edital **se o seu encarceramento se der no mesmo local do juízo processante**. Este é o teor da súmula 351 do STF. Caso a citação seja realizada por edital, ela será nula.



Súmula 351 do STF "É nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerce a sua jurisdição.

- Caso o réu esteja em **localidade diversa da jurisdição do juiz processante**, somente haverá a nulidade da citação feita por edital se o juízo **souber em qual local o réu estava encarcerado e, mesmo assim, realizou a citação por edital**.
- A citação pessoal do preso pode se dar por mandado, quando ele estiver preso na mesma jurisdição do juízo processante, ou por carta precatória, se estiver em jurisdição distinta.
- Se a citação tiver como objetivo comunicar ao réu a instauração da ação penal contra ele, não é necessária qualquer providência junto à administração carcerária. No entanto, se a citação for para informar o acusado sobre algum ato que ele deva praticar pessoalmente em juízo, deverá ser expedido, juntamente com o mandado, um ofício ao diretor do estabelecimento prisional, requisitando a apresentação do preso.

A **citação por carta de ordem** se assemelha à carta precatória, diferenciando-se pelo fato de que a carta de ordem tramita entre autoridades judiciárias de graus diferentes, ou seja, de uma autoridade judiciária de grau maior para uma de menor grau.

A **citação por edital** é aquela que se realiza, de acordo com os artigos 361 e 363, § 1º do CPP, quando o réu não é localizado ou quando ele se encontrar no estrangeiro em local não conhecido.

As formalidades da citação editalícia estão dispostas no artigo 365 do CPP. **Recomendo a leitura do dispositivo, pois já foi abordado em prova.**

Se o acusado, citado por edital, não comparecer nem constituir advogado, o processo será suspenso, assim como o curso do prazo prescricional. Neste caso, o juiz pode produzir antecipadamente as provas urgentes e, se presentes os requisitos da prisão preventiva, decretá-la.

Prazo de Suspensão do Processo	
STJ	STF
O período máximo de suspensão do prazo prescricional, corresponde ao tempo fixado no artigo 109 do CP, observada a pena máxima cominada para o crime.  Súmula 415 do STJ.	1º entendimento: Não há óbice a indefinição do prazo de suspensão da prescrição. Nada impede a retomada do prazo de prescrição em evento futuro e incerto.  <b>Em recente decisão o STF passou a adotar a o entendimento da súmula 415 do STJ.</b>





**Atenção!!!!** O artigo 366 do CPP não é aplicável aos crimes de lavagem de capitais. Nestes crimes, não haverá a suspensão da ação penal.

A **citação por hora certa** ocorre quando o réu presumidamente se oculta para evitar que seja citado, conforme a redação do artigo 362 do CPP.

Art. 362. Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa, na forma estabelecida nos arts. 227 a 229 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

### 3. Intimação

**3.1** Intimação é a notificação de alguém quanto a um ato já praticado. Existem algumas regras sobre a intimação que você deve saber.

- A notificação do defensor constituído, do advogado do querelante e do assistente é realizada por meio de publicação no órgão responsável pela publicidade dos atos processuais, que normalmente é o diário oficial. A publicação deve incluir o nome do acusado, sob pena de nulidade.

**Atenção!** Se não existir órgão de publicação de atos judiciais, a intimação será feita diretamente pelo escrivão, por mandado ou via postal, com comprovante de recebimento.

- A intimação do Ministério Público e do defensor **nomeado** será pessoal.

#### Jurisprudências importante sobre o tema:

- S. 455-STJ: A decisão que determina a produção antecipada de provas com base no artigo 366 do CPP deve ser concretamente fundamentada, não justificando unicamente o decurso do tempo.

**Aposta para a prova!!!**

- STJ: É possível a utilização de Whatsapp para a citação de acusado, desde que sejam adotadas medidas suficientes para atestar a autenticidade do número telefônico, bem como a identidade do indivíduo destinatário do ato processual. **Recorrente em provas!!!**

- STJ: Se for expedida carta rogatória para citar um acusado no exterior, o prazo prescricional ficará suspenso até que ela seja cumprida, ou seja, o prazo prescricional voltará a correr antes mesmo



que a carta seja juntada aos autos. O termo final da suspensão do prazo prescricional pela expedição de carta rogatória para a citação do acusado no exterior é a data da efetivação da comunicação processual no estrangeiro, ainda que haja demora para a juntada da carta rogatória cumprida aos autos.

## 4. Sentença

**4.1** Para o Código de Processo Penal, sentença é a decisão que julga o mérito da ação penal. É a decisão judicial que condena ou absolve o acusado. Por outro lado, as decisões que extinguem o processo sem julgamento de mérito são tratadas como decisões interlocutórias mistas.

Classificação do pronunciamento judicial	
<b>Sentenças definitivas de condenação ou absolvição</b>	São aquelas que põe fim ao processo depois de esgotadas todas as etapas do procedimento.
<b>Decisões interlocutórias simples</b>	São aquelas que resolvem incidentes processuais ou questões atinentes à regularidade do processo sem, contudo, extinguir o procedimento.
<b>Decisões interlocutórias mistas</b>	São as que, julgando ou não o mérito, põem fim ao procedimento ou a uma de suas fases.
<b>Decisões interlocutórias mistas terminativas</b>	São decisões que põem fim ao procedimento.
<b>Decisões interlocutórias mistas não terminativas</b>	São as decisões que põem fim a uma etapa do rito.

Uma classificação bastante comum é a das decisões subjetivamente simples, plúrimas e complexas. O nome é complicado, mas é bem fácil de entender.

- Decisões subjetivamente simples são aquelas proferidas por apenas um órgão monocrático.
- Decisões subjetivamente plúrimas são aquelas que provêm de um órgão colegiado homogêneo.
- Decisões subjetivamente complexas são aquelas que resultam do pronunciamento simultâneo de mais de um órgão monocrático, prevalecendo o que for decidido pela maioria, como por exemplo, o julgamento pelo tribunal do júri.

É importante que você conheça os requisitos formais que a sentença deve conter, dispostos no artigo 381 do CPP. A ausência dessas formalidades pode gerar uma simples irregularidade ou até mesmo a inexistência do ato. Eles são:

**I - os nomes das partes ou, quando não possível, as indicações necessárias para identificá-las.**

**II - a exposição sucinta da acusação e da defesa.**



No primeiro requisito (itens I e II) encontra-se implicitamente previsto o relatório. A ausência dessa formalidade gera a nulidade absoluta do ato.

Cuidado para a exceção: nos Juizados Especiais há dispensa do relatório.

A ausência do nome da vítima na sentença proferida em ação penal pública, não sendo sujeito ativo ou passivo da demanda, quando muito, pode caracterizar mera irregularidade.

Já a identificação do réu é obrigatória, sob pena de nulidade absoluta. O erro material do nome, desde que se possa identificar a parte, não é substancial.

**III - a indicação dos motivos de fato e de direito em que se fundar a decisão.**

**IV - a indicação dos artigos de lei aplicados.**

O segundo requisito (item III e IV) traz implicitamente o requisito da motivação das decisões judiciais (artigo 93, IX da CRFB). A ausência de motivação gera a nulidade absoluta do ato.

**V - o dispositivo.**

É a conclusão da sentença. Quando o julgador, utilizando seu raciocínio lógico, condena ou absolve o réu. A falta de indicação do tipo legal em que está condenado o acusado é causa de nulidade. Contudo, esta indicação pode se dar com o *nomem iuris* do crime, sem a indicação precisa do artigo.

**VI - a data e a assinatura do juiz.**

Essa formalidade é chamada de autenticação. A falta de assinatura leva à inexistência do ato.

A sentença, uma vez proferida, somente pode ser modificada pelo seu prolator para correção de erros materiais, para esclarecer obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão, pleiteada pela parte no prazo de dois dias e, também, para se retratar no caso de interposição de recurso com efeito regressivo.

O candidato precisa saber que a sentença absolutória é aquela que julga improcedente a acusação. As razões do julgamento de improcedência estão contidas no artigo 386 do CPP. **Importante a sua leitura.**

Vamos falar dos efeitos da sentença absolutória.

O principal, como obvio, é a liberdade do réu. O efeito secundário é a cessação das medidas cautelares, como o levantamento do sequestro, cancelamento de hipoteca legal, a restituição integral da fiança e o impedimento de propositura de ação civil de indenização, se o fundamento



for excludente de ilicitude ou comprovada a inexistência do fato ou de que o réu não concorreu para o crime.

**E o que seria sentença absolutória imprópria?** Ela nada mais é do que a sentença que reconhece a inimputabilidade do acusado, impondo a ele uma medida de segurança.

Por outro lado, a sentença condenatória é aquela que, por obvio, reconhece a responsabilidade criminal do acusado. O efeito principal da sentença penal condenatória é o cumprimento da pena e a inclusão do nome do réu no rol dos culpados.

Existem, também, os efeitos penais reflexos, que são aqueles que produzidos em um processo, refletem em outra relação jurídica. Além deles, há os efeitos extrapenais, que são aqueles dos artigos 91 e 92 do CP.



**Princípio da consubstanciação.** Vamos tratar agora de um tema bastante cobrado em provas de concurso, que é o princípio da consubstanciação. A **mutatio libelli e emendatio libelli**.

Os institutos configuram uma nova definição jurídica do fato, ou seja, por meio deles, o juiz na sentença, atribui ao fato uma capitulação diversa da contida na denúncia ou na queixa. **Atenção, os institutos não são sinônimos.**

Princípio da consubstanciação	
Emendatio libelli	Mutatio libelli
<p>Está prevista no artigo 383 do CPP.</p> <p>O juiz ao condenar ou pronunciar um réu, atribui uma <b>nova definição jurídica ao fato descrito</b>. Atenção! Nesse caso, ele não acrescenta qualquer circunstância ou elemento que já não estivessem descritos na peça acusatória. Ou seja, o réu já se defendeu de todos os fatos.</p> <p>Vamos ao artigo:</p> <p>Art. 383. O juiz, <b>sem modificar a descrição do fato</b> contida na denúncia ou queixa, <b>poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.</b></p> <p>§ 1º Se, em consequência de definição jurídica diversa, houver possibilidade de proposta de suspensão condicional do processo, o juiz procederá de acordo com o disposto na lei.</p> <p>§ 2º Tratando-se de infração da competência de outro juízo, a este serão encaminhados os autos.</p> <p>De acordo com a doutrina são formas de emendatio libelli:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1) Defeito na capitulação</li><li>2) Por interpretação diferente</li><li>3) Por supressão de circunstância</li></ol>	<p>Está prevista no artigo 384 do CPP.</p> <p>Na mutatio libelli, há o surgimento de novas provas quanto a elementos ou circunstâncias não contidos na denúncia ou na queixa. Uma vez reconhecidas as novas circunstâncias ou elementos pelo juízo, elas importam em <b>alteração do fato</b> para mais. Assim, há prejuízo para a defesa, pois ela não se defendeu desse novo fato, devendo o Ministério Público aditar a denúncia ou a queixa em cinco dias.</p> <p><b>Observe: aqui há alteração do fato. Na emendatio o fato é o mesmo, somente ocorrendo uma nova definição.</b></p> <p>Vamos ao artigo:</p> <p>Art. 384 Encerrada a instrução probatória, se entender cabível <b>nova definição jurídica do fato</b>, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, o <b>Ministério Público deverá aditar a denúncia ou queixa, no prazo de 5 (cinco) dias</b>, se em virtude desta houver sido instaurado o processo em crime de ação pública, reduzindo-se a termo o aditamento, quando feito oralmente.</p> <p>§ 1º Não procedendo o órgão do Ministério Público ao aditamento, aplica-se o art. 28 deste Código.</p> <p>§ 2º Ouvido o defensor do acusado no prazo de 5 (cinco) dias e admitido o aditamento, o juiz, a requerimento de qualquer das partes, designará dia e hora para continuação da audiência, com inquirição de testemunhas, novo interrogatório do acusado, realização de debates e julgamento.</p> <p>§ 3º Aplicam-se as disposições dos §§ 1º e 2º do art. 383 ao caput deste artigo.</p> <p>§ 4º Havendo aditamento, cada parte poderá arrolar até 3 (três) testemunhas, no prazo de 5 (cinco) dias, ficando o juiz, na sentença, adstrito aos termos do aditamento.</p> <p>§ 5º Não recebido o aditamento, o processo prosseguirá.</p>



Pontos importantes sobre mutatio libelli.

- Mutatio libelli em crime de ação penal privada: A **doutrina majoritária** entende não ser possível, pois viola o princípio da oportunidade e disponibilidade.
- Mutatio libelli em segundo grau de jurisdição: A Súmula 453 do STF é no sentido de impossibilidade de mutatio libelli ser aplicado pelos tribunais. Se o tribunal reconhecer que a definição jurídica para o fato é diversa, deve absolver o réu.

O último tema que acho importante para sua revisão é a forma pela qual é feita a intimação da sentença.

Vamos as hipóteses:

- A intimação é feita ao réu, pessoalmente, se estiver preso.
- A intimação é feita ao réu, pessoalmente, ou ao defensor por ele constituído, quando se livrar solto, ou, sendo afiançável a infração, tiver prestado fiança.
- A intimação é feita ao defensor constituído pelo réu, se este, afiançável ou não a infração, expedido o mandado de prisão, não tiver sido encontrado, e assim o certificar o oficial de justiça.
- A intimação é feita mediante edital, se o réu e o defensor que houver constituído não forem encontrados, e assim o certificar o oficial de justiça.
- A intimação é feita mediante edital, se o defensor que o réu houver constituído também não for encontrado, e assim o certificar o oficial de justiça.
- A intimação é feita, mediante edital, se o réu, não tendo constituído defensor, não for encontrado, e assim o certificar o oficial de justiça.



## APOSTA ESTRATÉGICA

*A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais<sup>1</sup>.*

Art. 366. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312.

Súmula 351 do STF "É nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerce a sua jurisdição.

---

<sup>1</sup> Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.



## Princípio da consubstanciação

Emendatio libelli	Mutatio libelli
<p>Está prevista no artigo 383 do CPP.</p> <p>O juiz ao condenar ou pronunciar um réu, atribui uma <b>nova definição jurídica ao fato descrito</b>. Atenção! Nesse caso, ele não acrescenta qualquer circunstância ou elemento que já não estivessem descritos na peça acusatória. Ou seja, o réu já se defendeu de todos os fatos.</p> <p>Vamos ao artigo:</p> <p>Art. 383. O juiz, <b>sem modificar a descrição do fato</b> contida na denúncia ou queixa, <b>poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.</b></p> <p>§ 1º Se, em consequência de definição jurídica diversa, houver possibilidade de proposta de suspensão condicional do processo, o juiz procederá de acordo com o disposto na lei.</p> <p>§ 2º Tratando-se de infração da competência de outro juízo, a este serão encaminhados os autos.</p> <p>De acordo com a doutrina são formas de emendatio libelli:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1) Defeito na capitulação</li><li>2) Por interpretação diferente</li><li>3) Por supressão de circunstância</li></ol>	<p>Está prevista no artigo 384 do CPP.</p> <p>Na mutatio libelli, há o surgimento de novas provas quanto a elementos ou circunstâncias não contidos na denúncia ou na queixa. Uma vez reconhecidas as novas circunstâncias ou elementos pelo juízo, elas importam em <b>alteração do fato</b> para mais. Assim, há prejuízo para a defesa, pois ela não se defendeu desse novo fato, devendo o Ministério Público aditar a denúncia ou a queixa em cinco dias.</p> <p><b>Observe: aqui há alteração do fato. Na emendatio o fato é o mesmo, somente ocorrendo uma nova definição.</b></p> <p>Vamos ao artigo:</p> <p>Art. 384 Encerrada a instrução probatória, se entender cabível <b>nova definição jurídica do fato</b>, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, o <b>Ministério Público deverá aditar a denúncia ou queixa, no prazo de 5 (cinco) dias</b>, se em virtude desta houver sido instaurado o processo em crime de ação pública, reduzindo-se a termo o aditamento, quando feito oralmente.</p> <p>§ 1º Não procedendo o órgão do Ministério Público ao aditamento, aplica-se o art. 28 deste Código.</p> <p>§ 2º Ouvido o defensor do acusado no prazo de 5 (cinco) dias e admitido o aditamento, o juiz, a requerimento de qualquer das partes, designará dia e hora para continuação da audiência, com inquirição de testemunhas, novo interrogatório do acusado, realização de debates e julgamento.</p> <p>§ 3º Aplicam-se as disposições dos §§ 1º e 2º do art. 383 ao caput deste artigo.</p> <p>§ 4º Havendo aditamento, cada parte poderá arrolar até 3 (três) testemunhas, no prazo de 5 (cinco) dias, ficando o juiz, na sentença, adstrito aos termos do aditamento.</p> <p>§ 5º Não recebido o aditamento, o processo prosseguirá.</p>





## QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



**Nossa banca não possui questões com cobrança de assuntos relevantes sobre o tema desta aula. Sendo assim, optamos por trazer testes de outras bancas para fortalecer nossa preparação.**

1) FGV - 2024 - TRF - 1ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa - Especialidade - Especialidade: Inspetor de Polícia Judicial - Caio, empresário, responde, na esfera federal, pela suposta prática de crime contra a Administração Pública, gerador de prejuízo à União Federal. Após receber a denúncia, o juízo competente verificou que Caio encontra-se, em lugar sabido, no estrangeiro, não dispondo de qualquer endereço fixo na República Federativa do Brasil. Registre-se que o denunciado reside fora do país há anos, mesmo antes da existência da relação processual.

Nesse cenário, segundo as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que Caio será:

- A) considerado revel, já que não possui endereço fixo na República Federativa do Brasil, suspendendo-se o curso do prazo prescricional até que ingresse no país;
- B) citado por carta precatória, por se encontrar no estrangeiro, em local sabido, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento;
- C) considerado revel, já que não possui endereço fixo na República Federativa do Brasil, de forma que o processo prosseguirá sem a sua presença;
- D) citado por carta rogatória, por se encontrar no estrangeiro, em local sabido, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento;
- E) citado por edital, por se encontrar no estrangeiro, em local sabido, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.



### Comentários:

**Letra A – Incorreta.** O acusado será citado por carta rogatória.

**Letra B – Incorreta.** Não é o caso de citação por carta precatória, pois o acusado está no estrangeiro, e não em território nacional.

**Letra C – Incorreta.** O acusado será citado por carta rogatória. A revelia no processo penal não ocorre da mesma forma que no processo civil.

**Letra D – Correta.** Nos termos do art. 368 do CPP, estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante **carta rogatória**, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.

**Letra E – Incorreta.** A citação por edital ocorreria se o acusado estivesse no estrangeiro em lugar incerto e não sabido.

2) FGV - 2024 - TRF - 1ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade: Oficial de Justiça Avaliador Federal - Em cumprimento à determinação judicial, Lucas, oficial de justiça, compareceu ao domicílio de Caio, réu em ação penal que apura a suposta prática de crime contra a Administração Pública em âmbito federal. Sem conseguir citá-lo, o agente público conversou com vizinhos, que afirmaram que Caio, após tomar ciência sobre o processo, vem buscando se ocultar para não ser responsabilizado criminalmente.

Nesse cenário, segundo as disposições do Código de Processo Penal, verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação:

- A) por carta precatória, sendo certo que, completada a diligência, se o acusado não comparecer, haverá as suspensões do processo e do prazo prescricional;
- B) por carta rogatória, sendo certo que, completada a diligência, se o acusado não comparecer, haverá as suspensões do processo e do prazo prescricional;
- C) com hora certa, sendo certo que, completada a diligência, se o acusado não comparecer, haverá as suspensões do processo e do prazo prescricional;
- D) por carta precatória, sendo certo que, completada a diligência, se o acusado não comparecer, lhe será nomeado defensor dativo;
- E) com hora certa, sendo certo que, completada a diligência, se o acusado não comparecer, lhe será nomeado defensor dativo.

### Comentários:

**Letra A – Incorreta.** Vide comentários da assertiva “E”.

**Letra B – Incorreta.** Vide comentários da assertiva “E”.



**Letra C – Incorreta.** Vide comentários da assertiva “E”.

**Letra D – Incorreta.** Vide comentários da assertiva “E”.

**Letra E – Correta.** O caso em tela traz hipótese de um acusado que se oculta para não ser citado. Dessa forma, segue-se o disposto pelo art. 362 do CPP:

Art. 362. Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à **citação com hora certa**, na forma estabelecida nos arts. 227 a 229 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

Parágrafo único. Completada a citação com hora certa, **se o acusado não comparecer, ser-lhe-á nomeado defensor dativo**.

3) FGV - 2024 - TJ-SC - Técnico Judiciário Auxiliar - João foi denunciado pela suposta prática do crime de estupro de vulnerável. Apesar da adoção de todas as diligências possíveis para localizá-lo, João não foi encontrado, inexistindo outros meios possíveis que possam auxiliar na localização do denunciado.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, João será citado por:

- A) carta precatória;
- B) carta rogatória;
- C) hora certa;
- D) mandado;
- E) edital.

#### Comentários:

**Letra A – Incorreta.** Vide comentários da assertiva “E”.

**Letra B – Incorreta.** Vide comentários da assertiva “E”.

**Letra C – Incorreta.** Vide comentários da assertiva “E”.

**Letra D – Incorreta.** Vide comentários da assertiva “E”.

**Letra E – Correta.** O caso em tela traz hipótese subsidiária, em que o acusado não é encontrado para ser citado, devendo ocorrer a citação por edital, conforme art. 363, § 1º, do CPP,



#### 4) FGV - 2024 - TJ-AP - Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade - Execução de Mandados

O Ministério Público ofereceu denúncia contra Caio, por suposta prática do crime de homicídio tentado em detrimento do policial militar Jonas. Na peça acusatória, o Parquet narrou, em síntese, que o acusado teria efetuado diversos disparos de arma de fogo em direção do agente da lei. No curso da persecução penal, o policial militar foi ouvido em juízo, afirmando que, na verdade, Caio efetuou disparos de arma de fogo para o alto, com o objetivo precípuo de fugir da abordagem.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- A) se o Ministério Público entender cabível nova definição jurídica do fato, em razão do depoimento do policial militar, deverá aditar a denúncia, no prazo de cinco dias, reduzindo-se a termo o aditamento, quando feito oralmente;
- B) o juiz poderá atribuir nova definição jurídica ao fato, à luz do depoimento do policial militar, desde que haja a concordância do Ministério Público e da defesa, em razão do instituto da emendatio libelli;
- C) a defesa se manifestará sobre a matéria no prazo de cinco dias, findo o qual o juiz proferirá sentença, se o Ministério Público, à luz do depoimento do policial militar, aditar a denúncia;
- D) o juiz poderá atribuir nova definição jurídica ao fato, à luz do depoimento do policial militar, mesmo sem a concordância do Ministério Público, em razão do instituto da emendatio libelli;
- E) o juiz poderá atribuir nova definição jurídica ao fato, à luz do depoimento do policial militar, mesmo sem a concordância do Ministério Público, em razão do instituto da mutatio libelli.

#### Comentários:

**Letra A – Correta.** É como dispõe o art. 384, caput, do CPP.

**Letra B – Incorreta.** Não se trata de hipótese de emendatio libelli, pois o depoimento do policial levou ao caso uma nova definição do jurídica do fato, de forma que o MP deverá aditar a denúncia.

**Letra C – Incorreta.** A defesa se manifestará após ao aditamento.

**Letra D – Incorreta.** Não se trata de hipótese de emendatio libelli, pois o depoimento do policial levou ao caso uma nova definição do jurídica do fato, de forma que o MP deverá aditar a denúncia.

**Letra E – Incorreta.** A assertiva traz a definição de emendatio libelli, que, todavia, não se aplica ao caso narrado, pois houve um novo fato (depoimento do policial) que gerou uma nova definição jurídica.



5) FGV - 2024 - Câmara Municipal de São Paulo - SP - Procurador Legislativo - Após o recebimento da denúncia oferecida em face de Tício, pela suposta prática do crime de roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo, o juízo determina a sua citação. Nada obstante, ao tentar cumprir a determinação judicial, o oficial de justiça verifica que o denunciado se oculta para não ser citado.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que Tício será

- A) citado por hora certa, na forma estabelecida no Código de Processo Civil.
- B) reputado tacitamente citado, com o prosseguimento do processo.
- C) reputado revel, com o prosseguimento do processo.
- D) citado por edital, com o prazo de quinze dias.
- E) citado por edital, com o prazo de dez dias.

### Comentários:

**Letra A – Correta.** O caso em tela traz hipótese de um acusado que se oculta para não ser citado. Dessa forma, segue-se o disposto pelo art. 362 do CPP:

Art. 362. Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à **citação com hora certa**, na forma estabelecida nos arts. 227 a 229 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

Parágrafo único. Completada a citação com hora certa, **se o acusado não comparecer, ser-lhe-á nomeado defensor dativo.**

**Letra B – Incorreta.** Vide comentários da assertiva "A".

**Letra C – Incorreta.** Vide comentários da assertiva "A".

**Letra D – Incorreta.** Vide comentários da assertiva "A".

**Letra E – Incorreta.** Vide comentários da assertiva "A".



## QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

*A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.*

*São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.*

*O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)*

*Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.*

*Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.*

*É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok? Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!*

Vamos ao nosso questionário:

### Perguntas

1. O que é citação e como é classificada?
2. Se o réu a ser citado estiver em uma legação estrangeira no território da jurisdição do juízo processante, como ele será citado? Fundamente sua resposta.
3. O que é citação imprópria? Ela é válida?
4. Como se dá a citação do preso? Ele pode ser citado por edital?
5. No caso de citação por edital, em não comparecendo o acusado nem constituindo advogado, o processo e o prazo prescricional serão suspensos. Com base na informação dada, qual o entendimento dos Tribunais superiores sobre o prazo de suspensão da prescrição?
6. O que é intimação e como se dá a notificação do advogado do querelante?



7. O que são decisões subjetivamente simples, plúrimas e complexas?
8. O que se entende por sentença absolutória imprópria?
9. Qual a diferença entre emendatio libelli e mutatio libelli?
10. Se admite a mutatio libelli em ação penal privada? E em segundo grau de jurisdição?





## Perguntas com respostas

### 1. O que é citação e como é classificada?

Citação é o ato processual por meio do qual o acusado é comunicado que contra ele foi recebida uma denúncia ou uma queixa crime. É com a citação que o processo tem completada a sua formação.

De acordo com a doutrina, ela é classificada de duas formas: citação real e citação ficta ou presumida.

A citação real é aquela realizada na pessoa do réu e pode ser realizada por mandado, cumprido por oficial de justiça, no âmbito da jurisdição do juízo no qual foi proposta a ação penal; por carta precatória; por carta rogatória; por ofício requisitório e, por carta de ordem. Por outro lado, a citação ficta é aquela efetivada por meio de edital, bem como na hipótese de citação por hora certa.

### 2. Se o réu a ser citado estiver em uma legação estrangeira no território da jurisdição do juízo processante, como ele será citado? Fundamente sua resposta.

Como regra, citação de réu que se encontre no mesmo território da jurisdição do juiz processante é a citação por mandado. Todavia, no caso de o réu se encontrar em uma legação estrangeira no mesmo território da jurisdição do juiz processante, a citação se dará por carta rogatória, conforme o teor do artigo 369 do CPP.

### 3. O que se entende por citação imprópria? Ela é válida?

A citação imprópria é aquela realizada na pessoa do curador, nomeado para o acusado considerado incapaz em incidente de insanidade mental. Sobre a sua validade, há divergência na doutrina.

Uma primeira corrente entende que apenas o acusado pode ser citado, uma vez que de acordo com a Constituição Federal, a citação é uma garantia individual.

Para outra parte da doutrina, é possível a citação imprópria em razão do disposto no artigo 151 do CPP.

### 4. Como se dá a citação do preso? Ele pode ser citado por edital?

Conforme o artigo 360 do CPP, a citação do preso é pessoal. Ele, excepcionalmente, poderá ser citado por edital, se estiver preso em localidade diversa da que o juízo exerce a sua jurisdição e o juiz não saiba o local do encarceramento.





**5. No caso de citação por edital, em não comparecendo o acusado nem constituindo advogado, o processo e o prazo prescricional serão suspensos. Com base na informação dada, qual o entendimento dos Tribunais superiores sobre o prazo de suspensão da prescrição?**

Os Tribunais Superiores concordam que o período máximo de suspensão do prazo prescricional corresponde ao tempo fixado no artigo 109 do CP, observada a pena máxima cominada para o crime em abstrato. Inclusive, o entendimento está na súmula 415 do STJ.

**6. O que é intimação e como se dá a notificação do advogado do querelante?**

Intimação é a notificação de alguém quanto a um ato já praticado. A notificação do advogado do querelante se dá por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos processuais, que, normalmente, é o diário oficial. Caso não exista órgão de publicação de atos judiciais, a intimação será feita diretamente pelo escrivão, por mandado ou via postal com comprovante de recebimento.

**7. O que são decisões subjetivamente simples, plúrimas e complexas?**

Decisões subjetivamente simples são aquelas proferidas por apenas um órgão monocrático. Já as decisões subjetivamente plúrimas são aquelas que provêm de um órgão colegiado homogêneo. E, por fim, decisões subjetivamente complexas são aquelas que resultam do pronunciamento simultâneo de mais de um órgão monocrático, prevalecendo o que for decidido pela maioria.

**8. O que se entende por sentença absolutória imprópria?**

Sentença absolutória imprópria é aquela que reconhece a inimizabilidade do acusado, impondo a ele uma medida de segurança.

**9. Qual a diferença entre emendatio libelli e mutatio libelli?**

Na emendatio libelli, o juiz, ao condenar ou pronunciar um réu, atribui uma **nova definição jurídica ao fato** descrito, não acrescenta qualquer circunstância ou elemento que já não estivessem descritos na peça acusatória.

Por outro lado, na mutatio libelli, há o surgimento de novas provas quanto a elementos ou circunstâncias, não contidos na denúncia ou na queixa. Uma vez reconhecidas as novas circunstâncias ou elementos pelo juízo, elas importam em alteração do fato para mais.

**10. Se admite a mutatio libelli em ação penal privada? E em segundo grau de jurisdição?**

A doutrina majoritária entende não ser possível mutatio libelli em ação penal privada, pois viola o princípio da oportunidade e disponibilidade. Da mesma forma, não se admite mutatio libelli em segundo grau de jurisdição, conforme a súmula 453 do STF. Se o tribunal reconhecer que a definição jurídica para o fato é diversa, deve absolver o réu.



## LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1) FGV - 2024 - TRF - 1ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa - Especialidade - Especialidade: Inspetor de Polícia Judicial - Caio, empresário, responde, na esfera federal, pela suposta prática de crime contra a Administração Pública, gerador de prejuízo à União Federal. Após receber a denúncia, o juízo competente verificou que Caio encontra-se, em lugar sabido, no estrangeiro, não dispondo de qualquer endereço fixo na República Federativa do Brasil. Registre-se que o denunciado reside fora do país há anos, mesmo antes da existência da relação processual.

Nesse cenário, segundo as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que Caio será:

- A) considerado revel, já que não possui endereço fixo na República Federativa do Brasil, suspendendo-se o curso do prazo prescricional até que ingresse no país;
- B) citado por carta precatória, por se encontrar no estrangeiro, em local sabido, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento;
- C) considerado revel, já que não possui endereço fixo na República Federativa do Brasil, de forma que o processo prosseguirá sem a sua presença;
- D) citado por carta rogatória, por se encontrar no estrangeiro, em local sabido, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento;
- E) citado por edital, por se encontrar no estrangeiro, em local sabido, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.

2) FGV - 2024 - TRF - 1ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade: Oficial de Justiça Avaliador Federal - Em cumprimento à determinação judicial, Lucas, oficial de justiça, compareceu ao domicílio de Caio, réu em ação penal que apura a suposta prática de crime contra a Administração Pública em âmbito federal. Sem conseguir citá-lo, o agente público conversou com vizinhos, que afirmaram que Caio, após tomar ciência sobre o processo, vem buscando se ocultar para não ser responsabilizado criminalmente.

Nesse cenário, segundo as disposições do Código de Processo Penal, verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação:



- A) por carta precatória, sendo certo que, completada a diligência, se o acusado não comparecer, haverá as suspensões do processo e do prazo prescricional;
- B) por carta rogatória, sendo certo que, completada a diligência, se o acusado não comparecer, haverá as suspensões do processo e do prazo prescricional;
- C) com hora certa, sendo certo que, completada a diligência, se o acusado não comparecer, haverá as suspensões do processo e do prazo prescricional;
- D) por carta precatória, sendo certo que, completada a diligência, se o acusado não comparecer, lhe será nomeado defensor dativo;
- E) com hora certa, sendo certo que, completada a diligência, se o acusado não comparecer, lhe será nomeado defensor dativo.

**3) FGV - 2024 - TJ-SC - Técnico Judiciário Auxiliar - João foi denunciado pela suposta prática do crime de estupro de vulnerável. Apesar da adoção de todas as diligências possíveis para localizá-lo, João não foi encontrado, inexistindo outros meios possíveis que possam auxiliar na localização do denunciado.**

**Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, João será citado por:**

- A) carta precatória;
- B) carta rogatória;
- C) hora certa;
- D) mandado;
- E) edital.

**4) FGV - 2024 - TJ-AP - Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade - Execução de Mandados**

**O Ministério Público ofereceu denúncia contra Caio, por suposta prática do crime de homicídio tentado em detrimento do policial militar Jonas. Na peça acusatória, o Parquet narrou, em síntese, que o acusado teria efetuado diversos disparos de arma de fogo em direção do agente da lei. No curso da persecução penal, o policial militar foi ouvido em juízo, afirmando que, na verdade, Caio efetuou disparos de arma de fogo para o alto, com o objetivo precípuo de fugir da abordagem.**

**Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:**

- A) se o Ministério Público entender cabível nova definição jurídica do fato, em razão do depoimento do policial militar, deverá aditar a denúncia, no prazo de cinco dias, reduzindo-se a termo o aditamento, quando feito oralmente;



- B) o juiz poderá atribuir nova definição jurídica ao fato, à luz do depoimento do policial militar, desde que haja a concordância do Ministério Público e da defesa, em razão do instituto da emendatio libelli;
- C) a defesa se manifestará sobre a matéria no prazo de cinco dias, findo o qual o juiz proferirá sentença, se o Ministério Público, à luz do depoimento do policial militar, aditar a denúncia;
- D) o juiz poderá atribuir nova definição jurídica ao fato, à luz do depoimento do policial militar, mesmo sem a concordância do Ministério Público, em razão do instituto da emendatio libelli;
- E) o juiz poderá atribuir nova definição jurídica ao fato, à luz do depoimento do policial militar, mesmo sem a concordância do Ministério Público, em razão do instituto da mutatio libelli.

**5) FGV - 2024 - Câmara Municipal de São Paulo - SP - Procurador Legislativo - Após o recebimento da denúncia oferecida em face de Tício, pela suposta prática do crime de roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo, o juízo determina a sua citação. Nada obstante, ao tentar cumprir a determinação judicial, o oficial de justiça verifica que o denunciado se oculta para não ser citado.**

**Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que Tício será**

- A) citado por hora certa, na forma estabelecida no Código de Processo Civil.
- B) reputado tacitamente citado, com o prosseguimento do processo.
- C) reputado revel, com o prosseguimento do processo.
- D) citado por edital, com o prazo de quinze dias.
- E) citado por edital, com o prazo de dez dias.



## Gabarito

GABARITO



1. Letra D
2. Letra E
3. Letra E
4. Letra A
5. Letra A



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.